

Parecer relativo ao Estudo de Impacte Ambiental relativo 2ª versão do Plano para Aquicultura em Águas de Transição (PAqAT)

A ZERO - Associação Sistema Terrestre Sustentável, com base na consulta dos documentos disponibilizados no Portal Participa, vem por este meio apresentar o seu parecer relativo à 2.ª versão do Plano para Aquicultura em Águas de Transição (PAqAT).

Enquadramento

O PAqAT visa a identificação espacial, existente e potencial, da utilização das águas de transição para fins aquícolas, estabelecendo os fundamentos legais, técnicos e científicos, bem como as medidas de articulação com os planos e programas territoriais em vigor para a área, nomeadamente, planos de gestão da região hidrográfica.

O PAqAT tem como âmbito espacial todas as áreas geográficas abrangidas pelas águas superficiais na proximidade da foz dos rios, que têm um caráter parcialmente salgado em resultado da proximidade de águas costeiras, mas que são significativamente influenciadas por cursos de água doce, denominadas por águas de transição e, ainda, as lagoas costeiras da Ria Formosa, Ria do Alvor, Lagoa de Santo André, Lagoa de Albufeira, Lagoa de Óbidos e Barrinha de Esmoriz.

O PAqAT deve estar de acordo com o Plano Estratégico da Aquicultura Portuguesa, que define num dos seus objetivos operacionais, a identificação dos recursos hídricos bem como as áreas de maior potencial aquícola, sendo que a implementação deste plano se enquadra no 2.º eixo do referido plano, o qual, tem por principal objetivo o crescimento da produção aquícola em Portugal.

Análise das principais questões críticas

O PAqAT mereceu uma análise atenta por parte da ZERO, pelo que sobre o mesmo há a tecer as seguintes considerações:

Ponto um - É referido que “a atividade aquícola tem vindo, nos últimos anos, a ser considerada como setor estratégico e de crescimento económico, assistindo-se atualmente à procura por parte de investidores privados de áreas para a instalação de novos estabelecimentos para produção aquícola”. No entanto, ao longo do plano não são apresentadas quaisquer evidências da afirmação, nem sequer existem notícias publicadas que demonstrem que a afirmação seja mais do que um “*wishful thinking*”. Para se avançar com a elaboração deste plano com base neste pressuposto seria importante fundamentar com um mínimo de dados de pedidos formulados nos últimos dois ou três anos junto da Direção Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM).

Ponto dois - Foi com perplexidade que verificámos que esta versão do PAqAT não efetua qualquer avaliação do impacto das políticas públicas anteriores, em particular no que se refere ao histórico de evolução da atividade aquícola em Portugal. Importa referir que não é irrelevante o facto dos sucessivos quadros comunitários terem alocado cofinanciamentos com valores muito significativos para alavancar projetos aquícolas no terreno. Uma análise retrospectiva dos sucessos e insucessos da política de investimentos na aquicultura nos últimos anos seria o mínimo exigível a esta versão do PAqAT, uma vez que existe a perceção

pública de que a maior parte dos projetos apoiados não resistiram ao sempre doloroso confronto com a realidade económica.

Ponto três - É referido que o “conceito de aquicultura engloba a produção de bivalves, crustáceos, peixes, algas, equinodermes, etc., estando também relacionada com um conjunto de atividades conexas como são o caso das unidades de acondicionamento, centros de depuração e expedição, unidades de cozedura, entre outros”. Pese embora não existam razões para discordar da afirmação, a verdade é que a aquicultura abrange diferentes atividades com distintos impactes sobre o ambiente e que têm igualmente necessidades de investimentos diferenciadas. Ao não se distinguir o que são produções extensivas, semi-intensivas ou intensivas, cria-se a ideia incorreta de que toda e qualquer forma de produção aquícola é suscetível de ser viabilizada pelos poderes públicos com os mesmos critérios de avaliação. Existem impactes muito diferentes entre a produção em tanques (para peixes e crustáceos) e as produções em estruturas flutuantes (para peixe e bivalves) ou em viveiros de moluscos bivalves. Misturar tudo, sem se identificarem os impactes associados, parece muito pouco sensato.

Ponto quatro - O somatório do quadro 56 “Áreas ativas/potenciais” permite-nos verificar que atualmente existem 1.019 hectares (ha) tanques de aquicultura em atividade e é-nos facultada a informação de que a DGRM identificou cerca de 2.030 ha passíveis de serem aproveitados, representando esta tipologia de instalações de crescimento e engorda 68% do total do ativos e 89% do potencial. Podemos concluir que a área com tanques para a produção de peixes ou crustáceos em regime intensivo triplicará, mas ficamos sem perceber que tipologia de estabelecimentos inativos irão ser alvo de reativação, assim como as respetivas áreas em causa e, mais grave, desconhecemos por completo o quão se persistirá nos erros passados que levaram à conversão de salinas para tanques de piscicultura, com impactes significativos sobre a avifauna.

Ponto cinco - Temos consciência que a utilização de sistemas de informação geográfica e a sistematização de dados sejam áreas em que a Administração ainda não esteja suficientemente apetrechada, mas nada obsta a que os mapas desta proposta de PAaAT tenham um mínimo de qualidade de visualização, se o objetivo do plano for “a identificação espacial, existente e potencial, da utilização das águas de transição para fins aquícolas”. Das duas uma: esta situação deve-se a um erro na exportação do documento ou encerra em si mesma aquilo que podemos considerar uma tentativa de omitir factos importantes. Se a qualidade da informação disponibilizada ao longo do documento já de si é medíocre para sustentar plano, o que dizer da componente cartográfica pixelizada?

Ponto seis - Mas em tudo isto há algo que nos preocupa ainda mais: embora não se omita que a maior parte das áreas potenciais estão no interior de áreas classificadas (Áreas Protegidas, Rede Natura 2000, Sítios Ramsar), um aspeto que não é de menos importância, este problema é muito mitigado ao longo do documento, numa tentativa de forçar a compatibilidade da aquicultura com preservação das características ecológicas das referidas áreas. Com este contexto favorável a uma nova vaga de investimentos na produção de peixes ou crustáceos em regime intensivo em tanques estão assim criadas as condições para assistirmos à alteração significativa ou mesmo a destruição de habitats naturais e seminaturais, a instalação de atividades poluentes e a proliferação de espécies exóticas eventualmente invasoras. Ainda que se perceba que o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas possa ter apresentado obvias resistências à criação de um contexto “amigo” do empreendedor que procura sofregamente os fundos comunitários disponíveis, apresentar um documento tão manifestamente permissivo é algo

incompreensível. Neste contexto, parece-nos que o PAaAT carece de uma reformulação, nomeadamente ao nível da apresentação da informação sistematizada que permita identificar quais as restrições ambientais inerentes aos cerca de 2.000 ha de novas áreas a potenciar.

Considerações finais

Como se comprova da leitura da documentação e também do conhecimento que temos dos locais potenciais, trata-se de um Plano que apresenta lacunas e omissões de informação, bem como erros de conceção, que não podem nem devem ser escamoteados. Para além disso, a mais que provável facilitação da aquicultura intensiva em tanques, à qual se associam custos ambientais muito significativos (destruição de habitats naturais e seminaturais, fornecimento de alimentação em concentrados, uso de medicamentos, produção de efluentes, disseminação de espécies exóticas invasoras), irá adicionar pressões significativas em áreas classificadas de elevada sensibilidade, colocando ainda mais em causa os valores naturais protegidos nas áreas classificadas.

Face ao exposto, a ZERO é da opinião que, nas condições em que é apresentado, este Plano não poderá ser aprovado pelo Governo.

5 de fevereiro de 2020

A Direção da ZERO - Associação Sistema Terrestre Sustentável